



AS MEDIAÇÕES DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Las mediaciones de la sobreexplotación del trabajo en la Teoría Marxista de la Dependencia

Adrián Sotelo Valencia*

RESUMO

De acordo com Ruy Mauro Marini, a superexploração do trabalho é a *categoria-chave* da Teoria Marxista da Dependência (TMD). No entanto, ela não pode ser compreendida imediatamente. A hipótese que propomos neste ensaio é que seu entendimento e tratamento exigem *mediações* (de segunda ordem) em função da totalidade dialética que é a unidade de múltiplas relações, condições e determinações. Só assim a superexploração do trabalho pode ser entendida como uma categoria determinante — e determinada — por mediações onde não só as dimensões econômicas, mas sociais e políticas podem intervir.

PALAVRAS-CHAVE

Mediações; Superexploração do trabalho; Categoria.

RESUMEN

De acuerdo con Ruy Mauro Marini, la superexplotación del trabajo es la categoría *clave* de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD). Sin embargo, ella no se puede comprender inmediatamente. La hipótesis que planteamos en el presente ensayo es que su comprensión y tratamiento requiere de *mediaciones* (de segundo orden) en

* Sociólogo. Doutor em Estudos Latino-americanos e pesquisador do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, Cidade do México, México). E-mail: adriansotelo@politicas.unam.mx.

Tradução: Mariana Candido dos Santos. Graduada em Direito pelo Centro Estudos Superiores de Maceió (CESMAC, Maceió, Brasil). Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Autónoma de San Luis Potosí (UASLP, São Luis Potosí, México). E-mail marianacandidosantos1997@gmail.com.

Revisão técnica: Tatiana Brettas. Assistente Social e Economista. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora do Departamento de Políticas Sociais e Serviço Social Aplicado e do Programa de Pós-Graduação em Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: tatiana.brettas@gmail.com

DOI [10.22422/temporalis.2023v23n45p17-31](https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p17-31)



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

función de la totalidad dialéctica que es unidad de múltiples relaciones, condiciones y determinaciones. Solo de esta manera se puede comprender la superexplotación del trabajo como categoría determinante — y determinada — por mediaciones donde intervienen las dimensiones no solo económicas, sino sociales y políticas.

PALABRAS CLAVE

Mediaciones; Superexplotación del trabajo; Categoría.

ABSTRACT

According to Ruy Mauro Marini, the super-exploitation of labour is the key category of the Marxist Dependency Theory (TMD). However, she cannot be immediately understood. The hypothesis that we propose in this essay is that its understanding and treatment requires *mediations* (of second order) in function of the dialectical totality that is unity of multiple relationships, conditions and determinations. Only in this way can the super-exploitation of labor be understood as a determining — and determined — category by mediations where not only economic, but social and political dimensions intervene.

KEYWORDS

Mediations; Superexploitation of Labor; Category.

Introdução

O objetivo deste ensaio é demonstrar a relação entre as categorias epistemológicas de “mediação” (*Vermittlung*) e a superexploração da força de trabalho (SFT) desenvolvida pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) no pensamento latino-americano. Tendo como base o método marxista de István Mészáros sobre as *categorias de primeira e segunda ordem*, nossa hipótese sustenta que a superexploração do trabalho existe, se compreende e funciona, apenas quando assentada na totalidade dialéctica na qual aparecem as relações sociais e políticas, destacando essencialmente o Estado burguês e seus múltiplos aparatos e instituições de poder e dominação como a escola, o Direito, a legislação trabalhista, o consenso e a coerção e suas combinações, dentre outros.

Dependência e superexploração do trabalho

Criada em meados dos anos 1960 na América Latina, a teoria da dependência baseia suas análises no método marxista (FORNET-BETANCOURT, 2001; KOHAN, 2013; SMITH, 2016) e em outras categorias como: teoria do valor, exploração, acumulação e valorização do capital, transferências de valor, mais-valia, lucro e renda da terra. Mas não se limita a estas, contempla também os fenômenos sociopolíticos e questões particulares relativas ao debate sobre tecnologia, educação e cultura.

A SFT, em sua existência material, social e trabalhista tem como pré-condição a ideologia (MÉSZÁROS, 1978) e a manipulação (ALVES, 2022) para que o trabalhador e a sociedade a “aceitem” como uma “realidade incontestável”, “normal” dentro da ordem da “modernidade” capitalista.

Para analisar as formações sociais latino-americanas, a TMD parte da circulação global do capital: do ciclo do capital monetário e do capital mercantil para, posteriormente, abordar a

esfera da produção interna nos países dependentes e, em seguida, levantar o problema da formação de suas próprias esferas de circulação e realização no plano da economia doméstica. É importante comentar, ainda que brevemente, este aspecto do método de Marini (1973, p. 48): ao contrário da economia dependente, quando se trata da análise do capitalismo avançado em suas origens, o ponto de partida é o ciclo do capital produtivo, que se opõe historicamente ao regime feudal. Mas no capitalismo dependente, o ponto de partida é o capital monetário já constituído (e que envolve um momento da produção antes de se converter em mercadoria e dinheiro acrescido) porque, desde o início, está subordinado ao investimento estrangeiro (direto ou indireto) e suas empresas monopolistas, que sobredeterminam e reforçam a dependência estrutural.

Como resultado da dialética e da unificação de ambos os procedimentos, é possível passar à análise de “situações concretas de dependência” proposta pela *Escola de São Paulo* (CARDOSO, 1995, p. 107–116) e ao estudo concreto dos fenômenos sociais e políticos que dela decorrem para abordar as “histórias locais” latino-americanas (MIGNOLO, 1997), incluindo a vertente crítica dos estudos pós-coloniais (CHIBBER, 2021). Este procedimento é expresso no seguinte parágrafo: “[...] da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar, então a recolocar o problema da circulação” (MARINI, [1973] 2022, p. 48, grifo do autor)¹. Como em um declive escalonado, a partir daí, passa-se à análise das “histórias locais” e suas relações fundamentais sem romper, ou deslocar, as conexões dialéticas com a totalidade enquanto unidade de múltiplas relações e determinações do todo econômico-social capitalista mundial.

Outros autores (MIRES, 1993), críticos da teoria da dependência, em particular da SFT, consideram esta teoria marcadamente “economicista” e “reducionista” por, supostamente, não incluir as relações sociais e políticas em suas análises (para uma crítica ver VASCONCELLOS, 2014). Nessa direção, destaca-se um polêmico artigo de Cardoso e Serra (1978, p. 9–27, grifo nosso), onde eles declaram:

Esperamos que tenha ficado claro para o leitor que não estamos sustentando a inexistência do intercâmbio desigual ou a intranscendência da evolução dos índices de relações de troca. Apenas convém não confundir as questões “descobrimdo” explicações, desvendando “segredos” e estabelecendo conexões de modo equívoco, com base numa dialética que foge das coisas para ancorar-se na metafísica de um palavreado confuso. Tal procedimento não implica apenas num erro de teoria econômica. Ele põe de escanteio o que é básico: a dinâmica que deriva da luta entre as classes. Esta, por certo, desenvolve-se a partir de contradições sociais e econômicas básicas (que não são apontadas por Marini). Mas é o jogo político que faz mover numa ou noutra direção os parâmetros econômicos dentro dos quais se desenvolve a luta entre as classes. O *reduccionismo economicista* que faz repousar a impossibilidade da expansão capitalista da periferia em limites estruturais de tipo dos

¹ Nota da revisora técnica, doravante [N.R.]. Sempre que possível, as citações diretas foram transcritas conforme edições publicadas em português, bem como as citações que se referem às referências completas (disponíveis na lista ao final do artigo), ambas registradas por meio de notas de revisão. Neste caso: Marini (2022 [1973], p.193).

apontados por Marini, além de, como vimos, serem falsos teoricamente, matam o nervo da análise política, levando-a a basear-se num catastrofismo que não se cumpre².

Além do fato de ser falso que Marini assuma em seus textos a tese da “impossibilidade de expansão capitalista na periferia”, no parágrafo seguinte o autor desnuda o sociologismo característico da perspectiva teórica de Cardoso, que rotula de “economicista” a TMD:

Os autores das Desventuras se darão conta, agora, que fazer reverências à luta de classes não é a panacéia para os problemas do conhecimento (menos ainda quando esta é esquecida na primeira oportunidade que se apresenta, em favor de proposições tautológicas que a excluem) e que as questões que os preocupam nesse capítulo se regem por *leis econômicas objetivas*, que a CEPAL nunca foi capaz de formular. O enfoque sociologista, por mais atraente que pareça, não nos permitirá jamais saber *por que* a classe operária dos países capitalistas avançados pôde livrar sua luta de classes com melhores resultados que a das economias capitalistas dependentes. (MARINI, 1978, p. 71, grifo do autor)³.

Aqui nos deparamos com o problema das *mediações* que os críticos da teoria da dependência e de Marini desconsideram ao não contemplar o fato de que, quando ele aborda a SFT, o faz em um *alto nível de abstração* em termos do método marxista que, de forma alguma, se *desconecta* de seus componentes sociológicos (luta de classes) e políticos (Estado, poder). Esses componentes, ao passo que interagem como mediações, no plano concreto, a sobredeterminam, seja no sentido de aumentá-la ou moderá-la, dependendo da luta de classes e da correlação política da classe trabalhadora tanto com o capital como com o Estado. Na verdade, esta postura sociologista, que rompe a unidade da totalidade e do diverso, leva muitos autores, como Cardoso, a negar a possibilidade de construir uma *teoria* da dependência, como mostra a seguinte passagem:

[...] quem depende, depende de algo; está condicionado, não é condicionante. Pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante é um *non sens*. E, rigorosamente não é possível pensar em uma “teoria da dependência”. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, nada mais é do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional. (CARDOSO, 1995, p. 109)⁴.

O sociólogo marxista equatoriano Agustín Cueva (2019, p. 185), ao mesmo tempo em que sustenta o método da “articulação dos modos de produção” (onde *coexistem* o feudalismo e o capitalismo), nega a possibilidade de, sequer, construir uma TMD. A este respeito, ele afirma que “se a teoria da dependência enfatizou unilateralmente um aspecto do problema, deve-se ao seu atolamento em uma problemática desenvolvimentista, com sua decorrente perspectiva economicista não totalmente superada”. Na sequência, acrescenta que “A partir

² [N.R.] Serra e Cardoso (1979, p. 52).

³ [N.R.] Marini (2000, p. 188).

⁴ [N.R.] Cardoso (1971, p. 32).

desta constatação, tudo se torna uma mudança coerente: o predomínio onipresente da categoria *dependência* sobre a categoria *exploração*, de *nação* sobre *classe*". (CUEVA, 2019, p. 186, grifo do autor).

Reiteramos que, se as categorias de dependência e SFT são consideradas isoladamente e suas mediações (luta de classes, nação, Estado, cultura, poder) são ignoradas, é possível chegar a esta falsa conclusão a respeito do suposto "predomínio onipresente" das categorias "dependência" e "nação" sobre as de "exploração" e "classe social". Por outro lado, ao considerar as mediações e suas categorias na análise dialética, as coisas mudam: é possível *isolar* e analisar essas categorias *sem romper suas conexões* com a *totalidade*: a economia mundial, suas crises e contradições; o ciclo do capital das economias dependentes; o intercâmbio desigual e a deterioração dos termos de troca; o Estado capitalista, os monopólios e o papel dos investimentos privados (nacionais e estrangeiros). O sociólogo venezuelano Heinz Sonntag (1989, p. 67, nota 23), em sintonia com a escola de Cardoso, argumenta que a teoria da dependência "[...] fixou o olhar mais uma vez nas estruturas, mecanismos e instituições do que nas práticas concretas de grupos, setores e classes sociais".

Como resposta a este conjunto de críticas desconectadas, como dissemos, das mediações que as constituem, em particular das categorias dependência e SFT, nos parece certa a seguinte passagem de Rivas (2012, p. 23):

Alguns autores, como Cardoso e Serra (1978), sugerem que Marini sucumbe a uma análise economicista precisamente quando é o contrário. Ruy Mauro Marini implica e supõe em sua teoria da dependência, e nas categorias em jogo, essas lutas de classe, mas do ângulo da economia política, a saber, das lutas entre classes e frações de classe. É impossível compreender a noção de superexploração sem entender que está absolutamente implicada na luta entre capital e trabalho, não apenas no que diz respeito aos salários, mas às condições gerais de existência. O que ocorre com Cardoso é que ele pensa a realidade econômica latino-americana de maneira dual, a partir de uma sociologia descritiva e, em todo caso atraente, ou de uma economia que pouco integra as lutas sociais em suas próprias categorias fundamentais.

A análise teórica e concreta da superexploração do trabalho, tanto nos países dependentes como nos desenvolvidos, para ser precisa e produzir resultados convincentes, requer considerar a estrutura das mediações políticas, sociais e ideológicas que a sobredeterminam. Apenas por meio de um procedimento metodológico é possível isolar temporariamente da totalidade dialética a categoria de superexploração para analisá-la em seu estado puro.

Totalidade dialética, ordem implicada e mediações no pensamento social

Resgatamos a crítica daqueles que consideram a SFT uma categoria economicista e reducionista, o que consistiria na principal limitação da teoria da dependência. Nesta seção apresentamos o fenômeno da totalidade dialética na compreensão dos fenômenos sociais e humanos para, na seção seguinte, relacioná-lo às mediações de primeira e segunda ordem do marxista húngaro István Mészáros e à teoria da SFT de Marini.

Nenhum fenômeno social e humano se apresenta como coincidente entre forma e essência, pelo contrário. As *mediações* que ocorrem, tanto qualitativas como quantitativas, os ocultam e sobredeterminam. É a isto que Marx se refere quando afirma que: “Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2000, p. 757)⁵. E, na carta escrita a Engels (MARX TO ENGELS, letter of 27-6-1867), ele acrescenta: “[...]. Ademais, se fosse este o caso, para que serviria então uma ciência?”⁶.

Em relação à primeira afirmação, Kosik (1967, p. 29) diz: “Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, ciência e filosofia seriam inúteis”⁷. E não só a ciência e a filosofia seriam supérfluas, como também as demais disciplinas sociais como a economia, a sociologia, a política ou a antropologia social e científica.

Calcado no método dialético do marxismo, Kosik (1967, p. 27) escreve:

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente do que é. A essência se manifesta no fenômeno⁸.

Em outras palavras, a pseudoconcreticidade, que implica parcialidade e unidimensionalidade — base sobre a qual se constrói todo o discurso da ideologia burguesa — versus totalidade e multilateralidade, no plano cognitivo, é a expressão máxima da alienação ou do fetichismo constitutivos do ser total do capitalismo, sem o qual dificilmente poderia se sustentar seu sistema ideológico-institucional (ver MÉSZÁROS, 1978; ALVES, 2022).

Um fenômeno social, como uma unidade de múltiplas relações e determinações, não pode ser compreendido em si mesmo; requer rodeios, acensos e descensos metodológicos até conseguir conectar sua essência com a aparência, tal como ensina Marx no posfácio à segunda edição alemã de *O Capital* (2000). Nessa obra, o autor apresenta a diferença fundamental entre *método de investigação*, que passa do particular para o geral e se detém nos detalhes (dados estatísticos, fatos, evidências, entrevistas, particularidades do objeto de estudo) e *método de exposição*, que ordena e expõe os *resultados* da pesquisa. É no nível operacional cognitivo que ganha veracidade a distinção entre o abstrato e o concreto, entre uma totalidade determinante da particularidade e o concreto-particular como síntese do abstrato. Em outras palavras: a árvore não pode ser compreendida sem a floresta, mas a floresta explica e justifica a existência da árvore.

⁵ [N.R.] Marx (2017, p. 880).

⁶ [N.R.] Marx e Engels (2020, p. 209).

⁷ [N.R.] Kosik (1976, p. 13).

⁸ [N.R.] Kosik (1976, p. 11).

Em contraste com a fragmentação da vida, do conhecimento, do ser humano, das coisas e das ciências sociais, o físico estadunidense e antigo parceiro de Einstein, David Bohm (2002, p. 32), propõe uma visão holística que ele define como “*Totalidade indivisa em movimento fluente*”, que implica “[...] olhar o mundo como um todo indiviso, no qual todas as partes do universo, incluindo o observador e seus instrumentos, se fundem e se unem numa totalidade”⁹.

A reflexão apresentada pressupõe um método caracterizado por ser: a) holístico, b) processual e c) integrado (não fragmentado), que o configura como *totalidade e ordem implicada* (BOHM, 1980) como um método e forma dialética de conceber aparência e essência, mundo e história no sentido de que:

[...] qualquer que seja a parte, o elemento ou o aspecto que possamos abstrair no pensamento, ele ainda envolve o todo dobrado em si e, por conseguinte, está intrinsecamente relacionado à totalidade de onde foi abstraído. Assim, a totalidade permeia tudo o que está sendo discutido, desde o começo. (BOHM, 2002, p. 240)¹⁰.

Por exemplo, a SFT, como um fenômeno expresso no pensamento, está integrada, imersa na totalidade da formação dependente, periférica e no capitalismo mundial, embora em um local diferente, como veremos a seguir.

Evidentemente, a maioria das ciências e abordagens dominantes de corte positivista, o empirismo em todas as suas vertentes e o idealismo circunscrito a uma visão de mundo fragmentada e fetichizada na ordem aparente, não assimilam este método, o qual vai contra seus pressupostos teóricos e suas hipóteses moldadas no mundo unidimensional da pseudoconcreticidade e da falsa consciência.

As mediações de primeira e segunda ordem no pensamento de István Mészáros

A reflexão apresentada anteriormente ilustra, e delimita, que qualquer fenômeno social — e seu correspondente conhecimento essencial — não pode ser imediatamente abordado sem as mediações que o constituem tanto como aparência como essência. Ambas estão interligadas e somente por uma questão metodológica de investigação e análise podem ser “isoladas” do objeto de estudo, a fim de vislumbrar suas particularidades. Veremos isso mais adiante em relação à SFT dentro da TMD, que tem sido rotulada por muitos autores como uma teoria “parcial” e/ou “economicista”, supostamente por atender apenas ao aspecto “estrutural ou meramente econômico”. Esses críticos não distinguem o abstrato do concreto, o particular do geral, a ordem integrada de um fenômeno de dimensão fragmentada e desconectada do todo articulado.

Mészáros (1978, 2001) demonstra como as *mediações primárias* (natureza, sociedade, comunidade, vida, trabalho, ser humano) são aprisionadas e sobredeterminadas pela ação das

⁹ [N.R.] Bohm (2001, p. 23).

¹⁰ [N.R.] Bohm (2001, p. 185).

mediações secundárias: a propriedade privada dos meios de produção e da terra, o Estado, a lei do valor e a mercadoria, a acumulação do capital, o monopólio, a exploração do trabalho e, em geral, instituições como o Estado e seus aparatos repressivos, que salvaguardam a ordem das formações sociais do modo de produção capitalista que hoje é praticamente universal.

Dessa forma, Mészáros ([1978] 2001, p. 158 e ss.) demonstra que, no capitalismo, a dimensão econômica, política e ético-cultural que acaba prevalecendo na ordem social está circunscrita ao âmbito das *mediações de segunda ordem* que, segundo o autor, são as seguintes:

- (a) A prevalência da família nuclear que hoje o capitalismo tende a desintegrar, especialmente com a incorporação massiva de mulheres e crianças nos mercados de trabalho para exploração em massa e produção de valor e mais-valia.
- b) Os meios de produção alienados e suas personificações.
- c) O dinheiro mistificado, desde formas antigas como o escambo até a era do moderno sistema financeiro especulativo internacional, hegemônico hoje em dia.
- d) A subjugação do consumo e das necessidades de produção e acumulação fetichizadas.
- e) O divórcio total do trabalho assalariado e alienado em relação ao controle dos meios de produção.
- f) A existência de variados Estados nacionais.
- g) O incontrolável e caótico mercado mundial (MÉSZÁROS, 2001, p. 20 e ss.).

Estas mediações antecedem — e eventualmente dominam — as *mediações de primeira ordem* indicadas abaixo:

- a) A inter-relação entre a regulamentação da reprodução biológica, a população sustentável e os recursos naturais disponíveis.
- b) A regulamentação socialista do processo de trabalho para a satisfação das necessidades humanas.
- c) A existência de relações igualitárias e simples de intercâmbio.
- d) Preservação e reprodução das exigências materiais e culturais das sociedades humanas.
- e) Alocação racional e planejada de recursos humanos e materiais diante da anarquia e irracionalidade que o capital confere a esta “alocação” sob a lógica de seu metabolismo social.
- f) Por último, promulgação e regulamentação de regras de acordo com estes princípios enunciados nas mediações primárias anteriores. (MÉSZÁROS, 2001, p. 158 e ss.).

A partir do exposto, o autor conclui que:

[...] graças às mediações de segunda ordem do capital cada uma das formas primárias é alterada de modo a se tornar quase irreconhecível, para adequar-se às necessidades expansivas de um sistema fetichista e alienante de controle sociometabólico, que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital (MÉSZÁROS, 2001, p. 159)¹¹.

Considerando que as mediações de segunda ordem assumem, mesmo hegemonicamente, um perfil jurídico-institucional, Mészáros afirma que, como resultado, as mediações de primeira ordem tornam-se uma forma alienada do Estado político, que está encarregado de impor à sociedade, às famílias e aos indivíduos — por meio de coerção e consenso, podemos acrescentar — os imperativos essenciais da reprodução capitalista em escala ampliada

¹¹ [N.R.] Mészáros (2002, p. 213).

(MÉSZÁROS, 2001, p. 160). Consequentemente, sem o Estado não há capitalismo, assim como sem o capitalismo é impossível a existência do Estado, com o acúmulo de leis, regulamentos, aparelhos e subsistemas ordenados no modo capitalista de produção, vida e trabalho racionalizados em torno das determinações de segunda ordem que asseguram a manutenção da reprodução ampliada do sistema.

A superexploração da força de trabalho como determinação de segunda ordem

No edifício teórico de Marx, particularmente a partir da terceira seção do primeiro volume de *O Capital*, no capítulo 5: “processo de trabalho e processo de valorização”, o conceito de exploração da força de trabalho constitui a categoria essencial para compreender a totalidade da reprodução do modo de produção capitalista e suas relações e determinações globais. Sem esta categoria constitutiva perdem sentido noções como mais-valia, lucro, renda, receitas ou impostos que derivam da média social de exploração sobre o mundo do trabalho exercida pelo conjunto do capital e sua classe social. E sem ela, da mesma forma, as noções de economia neoclássica, como “escassez”, “fatores de produção”, “utilidade marginal” e etc., só têm “validade” em seus manuais acadêmicos e em seus modelos matemáticos a-históricos.

Marini ([1973] 2022, p. 40) define a SFT como *um modo de produção específico* no qual:

[...] os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva¹².

O que isso significa? Que no chamado capitalismo avançado, desenvolvido, central, imperialista, ocidental, anglo-saxão, o modo de produção se baseia na produção de mais-valia relativa — que consiste na redução do tempo de trabalho necessário em benefício do trabalho excedente não pago ao trabalhador, alterando composição da jornada de trabalho (MARX, 2000, p. 252–253) — e menos em outras formas de exploração como a SFT. Já a especificidade do modo de produção das formações sociais capitalistas dependentes, subdesenvolvidas, atrasadas e periféricas, repousa hegemonicamente sobre a SFT e, em menor grau, sobre a mais-valia relativa, base de toda revolução científico-técnica desde a época da primeira revolução industrial.

A este respeito, esclarecemos que o autor brasileiro nunca confundiu a *forma* e o *mecanismo* de produção de mais-valia absoluta com o de mais-valia relativa exposto por Marx nas terceira e quarta seções do primeiro volume de *O capital*. Tampouco negou que no capitalismo dependente poderia se desenvolver, ainda que de forma restrita, uma mais-valia relativa. Em um nível teórico isto é assim, segundo Marini (1973, p. 99–100, grifo do autor), porque:

¹² [N.R.] Marini ([1973] 2022, p. 188).

[...] a exigência de especificar as leis gerais de desenvolvimento capitalista não permite, desde um ponto de vista rigorosamente científico, recorrer a generalidades como a de que a nova forma de dependência repousa na mais-valia relativa e no aumento da produtividade. E não permite porque esta é a *característica geral de todo desenvolvimento capitalista*, como já vimos. O problema está, portanto, *determinar o caráter que assume na economia dependente a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho*¹³.

O que Marini argumenta é que, nas condições de uma economia capitalista dependente (de capital estrangeiro, do comércio internacional, de tecnologia e até mesmo de desenvolvimento científico, que é o monopólio dos grandes centros imperialistas), a mais-valia relativa opera em ramos dinâmicos, embora restritos, com predominância de grandes investimentos privados, nacionais e estrangeiros, que reproduzem o ciclo de dependência estrutural. As outras formas de mais-valia, a absoluta e a intensidade de trabalho, juntamente com o terceiro mecanismo identificado com a SFT, a *expropriação* de parte do valor social da força de trabalho, tornam-se a tábua de salvação para o conjunto de capitais e empresários que estão fora da órbita da produção de mais-valia relativa, pressionando esses capitais para lançar mão da SFT para obter, adicionalmente, lucros extraordinários.

De qualquer forma, ao especificar a categoria da SFT como *constituente* da economia dependente, Marini o faz em um nível de abstração teórico-metodológico que, de forma alguma, nega que sua existência somente possa ser sustentada pelos elementos e mecanismos de ordem social e política, vale dizer, a luta de classes entre trabalho e capital e o Estado; este último como representante do bloco dominante de poder burguês-oligárquico-imperialista.

Desse modo, na parte final de *Dialética da dependência*, após confirmar que o fundamento da dependência é a SFT, Marini esclarece que: “[...] as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas do ponto de vista sociológico e político”¹⁴ (MARINI, 1973, p. 101).

Portanto, sem desconsiderar estes fatores de ordem superestrutural, que afinal constituem *mediações* da SFT, Marini isolou esta categoria para analisá-la, por assim dizer, em seu estado puro, mas sem nunca perder de vista que sua existência, na economia e na formação dependente, se deve à forma como se entrelaça com o Estado e com a dinâmica da luta de classes que a modula, seja no sentido de elevá-la ou no sentido de revertê-la em favor dos interesses da classe trabalhadora.

Porque, afinal, a dinâmica global do sistema não pode ser compreendida — nem mesmo existir — sem esta contradição *ab initio* entre trabalho/capital, pois, como diz Mészáros (2001, p. 1028, grifo do autor):

¹³ [N.R.] Marini ([1973] 2022, p. 231).

¹⁴ [N.R.] Marini ([1973] 2022, p. 232).

A compreensão do desenvolvimento e da autorreprodução do modo de produção capitalista é completamente impossível sem o conceito de capital social *total*, que por si só é capaz de explicar muitos mistérios da sociedade de mercado – desde a “taxa média de lucro” até as leis que governam a expansão e concentração do capital. Do mesmo modo, é completamente impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho, nacionalmente diferenciado e socialmente estratificado, sem que se tenha sempre presente o quadro analítico apropriado: a saber, o irreconciliável antagonismo entre o capital social *total* e a *totalidade* do trabalho¹⁵.

Conforme exposto, nenhum nível de análise que dispense as determinações e contradições da luta de classes entre trabalho e capital, por mais ênfase que dê às determinações sociológicas e políticas como predominantes, pode fornecer uma visão holística e dialética do capitalismo e das formações sociais dependentes, apesar dos méritos que autores como Cardoso e outros reivindicam para si mesmos, quando se situam em uma posição supostamente “anti-economicista”.

Atributos categoriais da superexploração da força de trabalho

Fazendo uso dos atributos que Aristóteles confere às categorias, consideramos que a SFT abarca o seguinte:

Quadro 1 – A superexploração da força de trabalho como categoria

Categoria	Atributo
Substância	Exploração redobrada, articulação de formas de exploração
Quantidade	Tempo
Qualidade	Constituinte
Relação	Ciclo do Capital
Lugar	Imperialismo-dependência-periferia
Tempo	Permanente-Estrutural
Posição	Regime
Posse	Dominante

Fonte: elaboração própria.

Estas diversas relações categoriais da SFT como *constituintes* da dependência em comparação ao capitalismo avançado expressam sua especificidade. Embora sua existência não possa ser explicada sem considerar sua *substância* — a qual consiste em *articular* as distintas formas de exploração, como o prolongamento da jornada de trabalho e o aumento de sua intensidade, sob sua hegemonia — que, ao mesmo tempo, corresponde a um tempo histórico que surge após o final do período colonial na América Latina sob a influência do *ciclo* específico do capital dependente na periferia do sistema, que é permanente e estrutural, e se expressa num regime dominante sob a proteção tanto das políticas do capital como do Estado.

¹⁵ [N.R.] Mészáros (2002, p. 1006).

As *mediações* (de segunda ordem) da SFT refletem que esta categoria desmonta os argumentos e preconceitos que a têm caracterizado como “economicista” por supostamente não considerar os elementos “não econômicos”, quais sejam, as mediações e relações de superestrutura (luta de classes, estado burguês dependente, imperialismo) que a sobredeterminam. É uma perspectiva categorial que critica correntes e autores que a descartaram, ou dito de outra forma, a retomaram, embora em marcos teórico-metodológicos não marxistas, por exemplo, weberianos, geralmente reformistas e/ou social-democratas, funcionalistas ou keynesianos.

Voltando a Marx e Mészáros, considero que a SFT, mais do que um conceito, é uma *categoria constituinte das formações sociais capitalistas dependentes* (BAMBIRRA, 1978; SOTELO VALENCIA, 2022), enquanto nos países avançados do capitalismo central (EUA, França, Japão), é efetiva e funciona de maneira subordinada — e em consonância com — a forma de exploração da força de trabalho correspondente à mais-valia relativa assentada, como sabemos, no desenvolvimento científico-técnico e, atualmente, em função do desdobramento da chamada quarta revolução industrial em curso (4.0). Predominantemente no capitalismo avançado, a forma assumida pela SFT é a precarização que, além disso, priva os trabalhadores de seus direitos sociais e contratuais (ALVES, 2018; ANTUNES, 2018).

Em suma, ambas as hipóteses só podem ser sustentadas, insistimos, interpretando-as à luz tanto da totalidade dialética que constitui a realidade, como das mediações de segunda ordem que justificam sua funcionalidade no modo capitalista de produção.

Conclusão

O que há em comum nos críticos da TMD é que não conseguem superar uma visão dualista, desarticulada do capitalismo mundial e, em particular, do capitalismo dependente latino-americano. Além disso, eles mantêm um esquema fragmentado da compartimentalização disciplinar vs. totalidade e a ordem implicada, com o qual se aproximam da problemática regional, como é com SFT e a dependência, e chegam a conclusões que acreditam ser holísticas, como a luta de classes, o poder e o Estado como “determinantes” de “situações de dependência”, mas que, no fundo, constituem visões fragmentárias e fetichizadas do desenvolvimento latino-americano e de categorias concretas, como a dependência e a SFT.

O conceito de *mediação*, como conjunto de fenômenos e relações que interatuam em sua constituição, é essencial para entender a natureza da SFT tanto nas sociedades desenvolvidas, como nas dependentes e subdesenvolvidas. Não compreender isso, conduz a uma redução da realidade às suas expressões materiais e empíricas a um nível descritivo que inviabiliza uma visão holística e analítica dos fenômenos sociais e humanos que são objeto de estudo, como no caso particular da superexploração do trabalho, objeto do presente ensaio.

A *mediação de segunda ordem* por excelência da sociedade burguesa e do capitalismo é o Estado, o qual se encarrega de manter, não apenas a coesão socioeconômica e política, como

o conjunto de relações sociais da formação capitalista e seu modo de produção, garantindo, desse modo, a reprodução e a sobrevivência da SFT e do conjunto de relações e regimes trabalhistas que a sustentam.

Referências

- ALVES, Giovanni. **O duplo negativo do capital**. Ensaio sobre a crise do capitalismo global. Praxis: Bauru-SP, 2018.
- ALVES, Giovanni. **O triunfo da manipulação**. Lukács e o século XXI. Praxis: São Paulo, 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. BOITEMPO: São Paulo, 2018.
- ARISTÓTELES. **Categorías**. Colihue: Buenos Aires, 2009.
- BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. ERA: México, 1978.
- BOHM, David. **La totalidad y el orden implicado**. 4. ed. Kairos: Barcelona, 2002.
- BOHM, David. **Totalidade e a ordem implicada**. São Paulo: Editora Cultrix, 2001. p.23.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoria da Dependência” ou análises concretas de situações de dependência?” In: **Estudos Cebrap (I)**: sobre teoria e método em sociologia. São Paulo: Cebrap, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoría de la dependencia” o análisis concreto de situaciones de dependencia. **Revista Política y Sociedad**, n. 17, Madrid, 1995. p. 107-116.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, Año XL, vol. XL, núm. Extraordinario (E), IIS-UNAM, México, 1978. p. 9-55.
- CHIBBER, Vivek. **La teoría poscolonial y el espectro del capital**. Akal: Madrid, 2021.
- CUEVA, Agustín. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. In: BURGA, Jaime Ríos (Editor). **Testimonios y Escritos de ALAS desde sus Presidencias y Congresos**. ALAS-CLACSO: Lima, 2019. p. 157-187.
- FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Transformación del marxismo, historia del marxismo en América Latina**. México, Plaza y Valdés-Universidad Autónoma de Nuevo León: México, 2001.
- KOHAN, Néstor. **Fetichismo y poder en el pensamiento de Karl Marx**. Editorial Biblos: Buenos Aires, 2013.
- KOSIK, Karel. **Dialéctica de lo concreto**. Grijalbo, 1967.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. ERA, México, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a Fernando Enrique Cardoso y José Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, IIS-UNAM, México, año XL, v. XL, n. Extraordinario, p. 57-106, 1978.

MARX TO ENGELS, letter of 27-61867-. Militants Archives. Disponível em: https://wikirouge.net/texts/en/Letter_to_Friedrich_Engels,_June_27,_1867. Acesso em: 10 mar. 2023.

MARX, Karl. **El Capital**. III, Sec. VII, cap. XLVIII. FCE: México, 2000 (26ª Reimpresión).

MÉSZÁROS, István. **La teoría de la enajenación en Marx**. Editorial Era: México, 1978.

MÉSZÁROS, István. **Más allá del capital: hacia una teoría de la transición**. Vadell Hermanos Editoriales: Caracas, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGNOLO, Walter D. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **Dissens**, n. 3, Bogotá, Instituto de Estudios Sociales Pensar, Pontificia Universidad Javeiana, 1997. Disponível em: <http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev3.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MIRES, Fernando. **El discurso de la miseria o la crisis de la Sociología en América Latina**. Nueva Sociedad, Caracas, 1993.

RIVAS, Patricio. El Maestro en rojo y negro. Ruy Mauro Marini. **Textos recuperados**. Instituto de Altos Estudios Nacionales, Universidad de Posgrado del Estado: Quito, Ecuador, 2012. Disponível em: <https://elsudamericano.files.wordpress.com/2017/07/el-maestro-en-rojo-y-negro-ruy-mauro-marini.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Dialética da dependência e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1973]. p.193.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Cartas sobre o capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 23, 1979.

SMITH, John. Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis. **Monthly Review Press**. NYU Press, 2016.

SONNTAG, Heinz R. **Duda, certeza y crisis**. 2. ed. Caracas: UNESCO-Nueva Sociedad, 1989.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **Superexploração do Trabalho na Era da Turbulência Global.** Perspectivas do Capital no século XXI. Projeto Editorial Praxis, São Paulo, 2022.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Gunder Frank.** O enguiço das ciências sociais. Editora Insular: Florianópolis, 2014.

Submetido em: 31/10/2022

Aceito em: 31/01/2023